

Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião realizada em treze de setembro de 2023, pelas 14h30, via plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da proposta de relato da reunião anterior (17 de abril);
3. Apresentação e discussão das atividades realizadas em cada CEP;
4. Análise e discussão da proposta de organização do Estado da Educação;
5. Análise e discussão do Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas;
6. Agendamento de uma sessão plenária do Conselho;
7. Outros assuntos.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além do Presidente, Domingos Fernandes, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, os conselheiros António Firmino da Costa e António Neto Mendes e as conselheiras Flávia Vieira, Jesus Maria Sousa, Maria Assunção Flores e Patrícia Ávila.

O Presidente saudou os presentes e deu início à reunião.

No ponto 1, o Presidente informou que os seminários realizados até ao momento foram muito positivos, considerando o número de participantes e a avaliação expressa por estes. Informou que o próximo seminário, a decorrer na Universidade de Aveiro, conta, desde já, com um número considerável de inscritos.

O Presidente fez um ponto de situação acerca do trabalho realizado no âmbito do projeto Escolas à Descoberta de Abril, 50 anos 25 Abril (EDA50), destacando a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas escolas. Informou que, em parceria com os Centros de Formação e Associações de Escolas (CFAE), está prevista a realização de cinco encontros regionais com o objetivo de divulgar os trabalhos das escolas participantes e alargar a participação no projeto EDA50 a outras escolas do país.

Em relação ao projeto Divulgar, Inovar, Conhecer, Aprender (DICA), e tendo como referência a apresentação feita pelos membros da assessoria técnico-científica (ATC), o Presidente informou que o balanço é muito positivo uma vez que os estudos de caso e as biografias realizadas vão ao encontro daquilo que se pretendia, nomeadamente, aproximar a escola da sociedade.

Quanto ao Estado da Educação (EE2022), e não obstante este assunto fazer parte do ponto 4 da ordem de trabalhos, o Presidente fez referência à necessidade de eliminar algumas redundâncias e introduzir uma vertente mais analítica e interpretativa, atendendo aos pareceres emitidos pelos especialistas Pedro Abrantes, da Universidade Aberta, Cláudia Sarrico, da Universidade do Minho e José Matias Alves, da Universidade Católica Portuguesa. Referiu, ainda, a importância de serem incluídas no Estado da Educação temáticas atuais e pertinentes, como é o caso do ensino artístico especializado, tema previsto para a edição em curso.

Ainda no ponto 1, o Presidente deu conhecimento de alguns eventos nos quais tem participado em representação do CNE e deu a conhecer, também, a recomposição da assessoria técnico-científica, destacando o currículo e o percurso profissional dos novos elementos.

No ponto 2, o Presidente colocou a proposta de relato da reunião anterior (17 de abril), à consideração dos membros da Comissão Coordenadora que a aprovaram, por unanimidade.

No ponto 3, o Presidente recordou a importância das recomendações e dos pareceres elaborados pelo CNE e deu a palavra aos Coordenadores das Comissões Especializadas Permanentes (CEP), no sentido de apresentarem as atividades realizadas e a realizar, no âmbito das respetivas CEP.

Jesus Maria Sousa referiu as atividades em curso na 1.ª CEP e que têm como foco os desafios que Portugal tem nos próximos anos no domínio do currículo, considerando o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO). Fez um balanço positivo do seminário “Currículo e qualidade das aprendizagens” que decorreu no Funchal e referiu que a revisão da literatura e a auscultação de professores para compreender como é que o PASEO está a ser trabalhado nas escolas é um processo que está a ser concluído, prevendo-se, posteriormente, a elaboração de uma proposta de recomendação.

Flávia Vieira fez referência ao trabalho desenvolvido pela 2.ª CEP, em particular no que diz respeito à elaboração do referencial para a inovação pedagógica. Este referencial foi aprovado na respetiva CEP e foi apresentado, em junho de 2023, no seminário “Inovação Pedagógica nas Escolas: um referencial”. A versão final deste documento resulta, entre outros aspetos, da sua revisão e alteração em função das audições realizadas e dos contributos dos oradores no referido seminário. Prevê-se, em outubro, a apresentação de uma proposta de recomendação elaborada a partir do material existente no referencial, bem como a audição de alguns especialistas que já conhecem este documento. Quanto ao trabalho a desenvolver pela CEP em 2024, perspectiva-se que o mesmo possa ter como ponto de partida o referencial apresentado.

António Neto Mendes fez um ponto de situação relativamente às atividades desenvolvidas pela 3.ª CEP, destacando o seminário, “Explicações: relações com a escola e a sociedade”, que irá decorrer dia 18 de setembro, na Universidade de Aveiro. A par da revisão da literatura de suporte à elaboração de proposta de recomendação sobre a importância do fenómeno da “educação na sombra”, está prevista a audição de diversos atores, eventualmente, logo após o seminário, pelo que é necessário reunir com os elementos da ATC. Admitindo que a planificação inicial foi um pouco ambiciosa, referiu que ainda não foi possível realizar todos os trabalhos previstos para o estudo da descentralização de competências para os municípios. Será elaborado um questionário que permitirá o retrato do que está a acontecer no continente, ao nível da descentralização, contudo, é necessária uma abordagem mais cautelosa, estando, para o efeito, previsto um trabalho de articulação com especialistas da área da universidade de Coimbra. Em 2024 desenvolver-se-ão atividades específicas sobre esta temática.

Maria Assunção Flores referiu a necessidade de recolher e sistematizar informação, bem como conhecer o que existe a nível internacional acerca da profissão docente. Neste contexto, está prevista a audição de personalidades nacionais e internacionais. Considerando que a formação, o recrutamento e o profissionalismo docente são dimensões estruturantes da profissão docente, informou que irão decorrer reuniões da 4.ª CEP com a ATC para discutir o assunto. Referiu, também, que o tema “lideranças escolares” carece de maior reflexão no nosso país, pelo que está prevista a realização de um seminário, provavelmente em dezembro, o qual servirá de mote para o aprofundamento desta temática, em 2024.

Patrícia Ávila referiu que ao nível das atividades da 5.ª CEP está prevista a realização de um seminário (provavelmente, em janeiro), cuja temática está pensada em torno de 3 eixos: ponto de situação sobre a sociedade portuguesa e a mobilidade social; transição entre ciclos, com um olhar particular ao pré-escolar e ao ensino secundário; olhares sobre grupos e programas específicos (alunos estrangeiros, etnias, TEIP, entre outros).

António Firmino da Costa elencou as atividades desenvolvidas na 6.ª CEP, tendo referido que está a ser preparada uma proposta de recomendação sobre exames e acesso ao ensino superior: problemas e cenários. Prevê-se que esta proposta de recomendação esteja concluída no final do ano. Quanto à revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), há condições para elaborar parecer, contudo, é necessário aguardar pelo relatório da comissão independente nomeada pelo governo. Ao nível da infraestrutura digital para o sistema educativo, está em fase de conclusão um projeto de recomendação o qual, previsivelmente, poderá ser apresentado no plenário de outubro. Relativamente ao próximo ano, e não sendo possível desenvolver estudos sobre todos os temas considerados relevantes, a 6.ª CEP irá reunir e pensar nas temáticas a desenvolver no próximo ano.

No ponto 4, foi aprovada a proposta de organização do Estado da Educação e foi sugerido pela conselheira Flávia Vieira que se repense o título “retratos e reflexões sobre a educação”. A este propósito, o Presidente informou que o texto inicial a que se refere este título está, ainda, a ser ponderado.

No ponto 5, e após análise e discussão da estrutura e do conteúdo do Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas, este foi aprovado. Reconhecendo a pertinência e a qualidade do referencial, é desejável que o mesmo não seja entendido numa perspetiva prescritiva.

No ponto 6, ficou agendada para final de outubro, em data a comunicar oportunamente, a sessão plenária do Conselho.

No ponto 7, não houve outros assuntos a tratar pelo que o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminada a reunião.